

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

03.2025



MPMT

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutive.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 05** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 08** NOTÍCIAS DO MPF
- 09** NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- 10** NOTÍCIAS DIVERSAS
- 12** NOVIDADES LEGISLATIVA

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

MPMT se reúne com prefeito, que garante retorno às aulas no dia 10

O promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Junior, titular da 8ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa da Cidadania de Cuiabá e coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Educação do Ministério Público de Mato Grosso, esteve reunido com o prefeito Abílio Brunini na tarde do dia 05 de fevereiro de 2025, para tratar do retorno às aulas nas escolas municipais. A reunião ocorreu na Prefeitura Municipal de Cuiabá.



Liminar determina reativação de escola estadual em 72 horas

A 3ª Promotoria de Justiça de Alto Araguaia (a 415km de Cuiabá) obteve decisão liminar favorável na Justiça contra a desativação da Escola Estadual Denis Manerich de Oliveira, localizada no Município de Alto Taquari. A decisão determina ao Estado de Mato Grosso que suspenda o ato administrativo que desativa a unidade, reativando a escola no prazo de 72 horas, com a garantia de matrícula para todos os interessados, e fornecimento de professores e servidores em quantidade adequada. O prazo exíguo é em razão da proximidade do ano letivo.

Fechamento de escola rural em Juína é suspenso pela Justiça

A pedido da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juína (a 735km de Cuiabá), a 2ª Vara da comarca concedeu liminar determinando a suspensão imediata do fechamento das turmas de Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Francisco Lisboa, localizada na zona rural do município. A decisão estabelece que o Estado de Mato Grosso deve assegurar a continuidade das atividades educacionais na unidade para o ano letivo de 2025, com a alocação de recursos humanos e materiais necessários para seu funcionamento.



NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

[MPMG publica informativo em apoio à comunidade escolar sobre vedação a celulares em escolas](#)

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Caoeduc), dos Direitos da Criança e do Adolescente (Caodca) e da Saúde (Caosaúde), publicou um informativo baseado na Informação Técnico-Jurídica Conjunta (ITJ) nº 02/2025 que trata da restrição ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis por estudantes nas escolas, tais como celulares e tablets. [Clique neste link para acessar a íntegra do documento disponibilizado para escolas, redes de ensino e comunidades escolares.](#)



[MPAL, MPF e DPE recomendam que Estado de Alagoas não encerre turmas de EJA sem análise prévia](#)

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPEAL) expediram recomendação conjunta para que a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas não encerre turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que funcionaram durante o ano letivo de 2024. O documento requer que qualquer decisão sobre o fechamento de turmas seja precedida de remessa, análise e discussão junto às instituições

[Sorocaba terá de manter professores na educação infantil durante período integral](#)

Em processo que contou com a atuação da promotora de Justiça Cristina Palma, o município de Sorocaba foi obrigado a manter um professor em todas as salas de aula de educação infantil durante o período integral, bem como a disponibilizar um coordenador pedagógico em cada unidade escolar. A medida deverá ser cumprida a partir do início do ano letivo de 2026, conforme acórdão prolatado pelo desembargador Magalhães Coelho, da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 5 de fevereiro.





MPRN recomenda adequação da carga horária de professores

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou que a Prefeitura e à Secretaria de Educação de Areia Branca realizem ajustes na composição da carga horária dos professores da rede municipal de ensino. A recomendação busca garantir que os professores cumpram, no máximo, dois terços da carga horária em sala de aula e um terço em atividades extraclasse. Confira a [íntegra da recomendação](#) da Promotoria de Justiça de Areia Branca.

Após ajuizamento de ação civil pelo Ministério Público, Judiciário determina que Estado garanta oferta de ensino médio noturno no município de Querência do Norte

A pedido do Ministério Público do Paraná, o Judiciário determinou que o Estado do Paraná autorize o funcionamento do ensino médio noturno no município de Querência do Norte, no Noroeste do estado. A decisão liminar responde a ação civil pública ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça de Loanda (sede da comarca), que identificou prejuízo ao direito à educação de adolescentes do município.



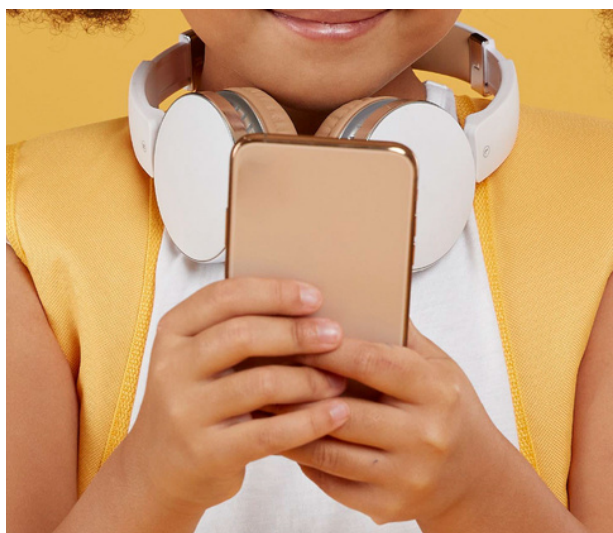
MPRJ atua para garantir climatização nas escolas diante das ondas de calor

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) tem atuado para garantir a climatização das salas de aula nas redes municipais e estadual de ensino, em resposta ao agravamento das ondas de calor e seus impactos no ambiente escolar. O cenário ensejou a expedição de ofício com pedido de urgência, à Secretaria

Municipal de Educação do Rio de Janeiro, solicitando informações sobre as providências adotadas para minimizar os efeitos das altas temperaturas nas unidades escolares. Paralelamente, há procedimento instaurado para acompanhar as medidas implementadas pelo Estado e assegurar a adoção de soluções eficazes para enfrentar o problema.

Município de São Gonçalo atende à Recomendação do MPRJ e disponibiliza dados sobre vagas escolares

Atendendo a uma recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) pautada no art. 5º, IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Prefeitura de São Gonçalo publicou no portal <https://www.siseducsg.org.br/lista-espera/> os dados dos estudantes que aguardam vaga nas unidades escolares municipais. A lista foi organizada por unidade escolar e ano de escolaridade, com prioridade para alunos com deficiência, conforme recomendado pela Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação de São Gonçalo. A ação visa garantir mais transparência e equidade no processo de matrícula.



CAO Educação expede nota técnica sobre aparelhos eletrônicos portáteis nas escolas de educação básica

Para dar apoio a Promotoras e Promotores de Justiça que atuam na área de Educação, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAO Educação) do Ministério Público de Pernambuco expediu Nota Técnica sobre a Lei Federal nº 15.100/25, que regulamenta o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos em ambiente escolar.

MPPI expede recomendação para que Prefeitura de Jacobina anule teste seletivo simplificado realizado pela Secretaria Municipal de Educação

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio da Promotoria de Justiça de Paulistana, expediu recomendação ao prefeito de Jacobina, Vanderlei Raimundo de Carvalho, e à secretária municipal de Educação, Edilene Rodrigues de Oliveira, para que adotem as providências necessárias à anulação do Teste Seletivo Simplificado nº 01/2025, para os cargos de professor substitutos e outros profissionais para prestação de serviço junto à Secretaria de Educação do município.



NOTÍCIAS DO MPF



[MPF recomenda que escolas públicas de Rondônia exijam carteira de vacinação de estudantes no ato da matrícula](#)

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação para que as secretarias de educação estadual e municipais de Rondônia estabeleçam protocolos de exigência aos pais ou responsáveis por crianças ou adolescentes para apresentação da carteira de vacinação atualizada no ato da matrícula escolar da rede pública. Segundo o MPF, embora existam leis que obrigam a comprovação de vacinação em dia para matrícula nas escolas, na prática não se exige as carteirinhas. [Íntegra da recomendação.](#)

[MPF consegue bloqueio de recursos do Fundeb de dez municípios maranhenses por fraude no Censo Escolar da EJA em 2024](#)

Após ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal (MPF), dez municípios maranhenses tiveram bloqueio de R\$ 134 milhões nos valores recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ao longo do ano de 2024. Nas ações, propostas na Justiça Federal, os municípios são acusados de terem inserido dados falsos majorados no Censo Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para ampliar o recebimento de recursos federais do Fundeb.



[Município de Jacareacanga \(PA\) segue MPF e MPPA e suspende seleção de professores feita sem consulta a indígenas](#)

O município de Jacareacanga (PA) informou que suspendeu, de forma imediata, o processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores para a rede municipal de ensino. A medida segue a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), que apontou a falta de consulta aos indígenas Munduruku sobre o processo seletivo.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[Supremo invalida lei de Uberlândia \(MG\) que proíbe linguagem neutra em escolas](#)

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional parte de uma lei de Uberlândia (MG) que proibia o uso de “linguagem neutra” e “dialeto não binário” na grade curricular e no material didático de escolas públicas ou privadas do município. O entendimento do STF é de que compete à União estabelecer normas gerais sobre educação e ensino. A matéria é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1165, apresentada pela Aliança Nacional LGBTI+ e pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas e julgada na sessão virtual finalizada em 3/2. O colegiado seguiu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia.



[Partido questiona mudanças no plano de carreira da educação municipal de São Paulo](#)

O partido Socialismo e Liberdade (PSOL) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) parte de uma lei do Município de São Paulo (SP) que alterou regras da carreira de profissionais da educação pública. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1209 foi distribuída ao ministro Luiz Fux. As alterações, aprovadas em dezembro de 2024, estabelecem a possibilidade de remoção do diretor de escola de acordo com o desempenho da sua unidade e a suspensão de jornada especial para professores que estejam em licença para tratamento de saúde ou em readaptação.



NOTÍCIAS DIVERSAS

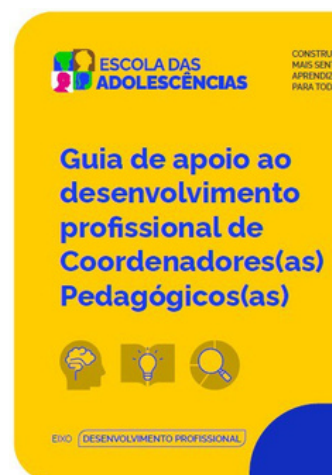


Corregedoria Nacional reforça compromisso com os direitos humanos nas correições de 2025

A Corregedoria Nacional do Ministério Público divulgou o calendário de correições para este primeiro semestre. O anúncio foi feito em 11 de fevereiro, pelo corregedor nacional, Ângelo Fabiano Farias da Costa (foto), durante a 1ª Sessão Ordinária de 2025 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo é avaliar a qualidade dos serviços prestados, com atenção especial à atuação ministerial na defesa dos direitos humanos. As correições terão início no Ministério Público do Amazonas (MPAM), O MPAC será o próximo a ser inspecionado. As demais correições ocorrerão conforme o seguinte cronograma: **31 de março a 4 de abril: MPMT**; 5 a 9 de maio: MPBA; 2 a 6 de junho: MPMA; 30 de junho a 4 de julho: MPPA

MEC lança guia de apoio para coordenadores pedagógicos

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), lançou em 10 de fevereiro, o Guia de Apoio ao Desenvolvimento Profissional de Coordenadores Pedagógicos. A publicação é voltada a instrumentalizar a liderança pedagógica da escola, tanto para o próprio desenvolvimento profissional quanto para a implementação das ações que estruturam a política no âmbito escolar. O lançamento foi transmitido pelo canal do MEC no YouTube, Para acessar o guia [clique aqui](#).



Justiça de São Paulo suspende privatização de escolas estaduais

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) suspendeu o [Decreto 68.597/2024](#), do governador Tarcísio de Freitas que autorizava licitação para privatizar a gestão de 33 escolas estaduais. Segundo a Secretaria de Educação do estado, a Procuradoria-Geral do Estado ainda não foi notificada da decisão.

TJMG julga inconstitucional lei mineira do piso da educação básica

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) declarou inconstitucional a Lei do Piso da Educação Básica, aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2015. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que contestava a validade da lei foi ajuizada pelo governador Romeu Zema (Novo) em 2022, sob a alegação de vício de origem.



Município deve garantir vaga em escola a até 2 km de estudante, diz TJ-SP

É dever do poder público garantir o acesso à educação por meio da oferta de vaga em creche ou pré-escola próxima à residência da criança. Com esse entendimento, a Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o município de Atibaia (SP) providencie vaga em uma escola de período integral próxima à residência de um estudante. Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

TJ-RJ valida contratação temporária de professores da rede pública estadual

É válida a contratação temporária de servidores em casos excepcionais. Com esse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro validou a Lei 10.363/2024, que permite a contratação por tempo limitado de professores da rede pública de ensino do estado. O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) argumentou que a norma violou o devido processo legislativo por desrespeito ao prazo mínimo para inclusão da matéria na ordem do dia de votação na Assembleia Legislativa do Rio. Além disso, o Sepe sustentou que a lei contraria a exigência de concurso para investidura em cargo público, regra que só pode ser afastada para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. Clique [aqui](#) para ler a decisão



NOVIDADE LEGISLATIVA



[LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025](#) - Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.



[DECRETO Nº 12.391, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025](#) - Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br